

CONFLITOS AGRÁRIOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: REPERTÓRIO DE LEITURAS, PESQUISA DE FONTES E RELATOS SOBRE A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA (2014-2019)*



AGRARIAN CONFLICTS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: A REPERTOIRE OF READINGS, SOURCE RESEARCH, AND ACCOUNTS ON WRITING A HISTORY OF THE AMAZON (2014–2019)

Thiago Broni de Mesquita¹

Resumo

O artigo aborda os conflitos agrários no Pará durante a ditadura militar, abordando os impactos da modernização autoritária e do capital na Amazônia. Destaca a importância de constituição de um repertório de leituras no campo da sociologia, antropologia e história agrária. Explora a atuação dos governos militares em temas como concentração fundiária e tensões sociais e conflitos agrários na Amazônia com destaque para a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Aborda a influência da ditadura e suas políticas de ocupação da região amazônica a partir de documentações disponibilizadas pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Demonstra como a ditadura militar possuía informações privilegiadas sobre a Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; ditadura militar; conflitos agrários.

Abstract

The article addresses agrarian conflicts in Pará during the military dictatorship, examining the impacts of authoritarian modernization and capital in the Amazon. It highlights the importance of establishing a repertoire of readings in the fields of sociology, anthropology, and agrarian history. The study explores the actions of military governments regarding land concentration, social tensions, and agrarian conflicts in the Amazon, with a particular focus on the role of the National Information Service (SNI). It discusses the influence of the dictatorship and its policies for occupying the Amazon region, based on documents made available by the National Archive Information System (SIAN). The article demonstrates how the military dictatorship had privileged information about the Amazon.

Keywords: Amazon; military dictatorship; agrarian conflicts.

* O artigo é um recorte da tese de doutorado intitulada “Uma estrada revela o mundo”: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará.

¹ Doutor em História Social (UFRJ). Mestre em Ciência Política (UFPA). Bacharel e licenciado em História (UFPA). Professor DIII Nível 3 da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do quadro efetivo do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PPGEH/UFPA). E-mail: tbroni@ufpa.br.



Introdução

A escrita da história é um empreendimento que exige, antes de mais nada, uma profunda imersão nas leituras e nos apontamentos que auxiliam na construção de um problema de pesquisa. Entre os anos de 2014 e 2019, período em que desenvolvi minha tese de doutorado, minhas reflexões foram moldadas por um diálogo constante com obras de sociólogos, antropólogos e historiadores que dedicaram suas análises à compreensão das dinâmicas entre território e sociedade na Amazônia ao longo do século XX. Esse repertório foi fundamental para estruturar a abordagem do meu objeto de estudo: os conflitos agrários no Pará durante a ditadura militar (1964-1985).

A região amazônica foi, ao longo das décadas de 1970 e 1980, um dos principais focos de intervenção estatal e de conflitos agrários no Brasil. Esse período, marcado pela ditadura militar (1964-1985), assistiu à consolidação de políticas que buscavam integrar a Amazônia ao território econômico nacional, ao mesmo tempo em que enfrentava disputas intensas pela posse da terra e questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento regional. No centro desse cenário, o Serviço Nacional de Informações (SNI) desempenhou um papel fundamental na coleta de dados, elaboração de relatórios e articulação de ações entre diferentes órgãos do governo². Atualmente, o acervo documental do órgão está disponível no [Sistema de Informações do Arquivo Nacional \(SIAN\)](#), configurando-se como uma das principais fontes para a análise da história da ditadura militar no Brasil.

Este artigo aborda os conflitos agrários na região amazônica durante a ditadura militar no estudo desenvolvido na pesquisa de doutorado. As regiões nordeste, sudeste e sul do estado do Pará foram o foco daquele trabalho. No entanto, o vasto acervo de fontes sobre todos os estados da Amazônia Legal brasileira, produzido pelo SNI e disponibilizado no SIAN, aponta para as múltiplas possibilidades de pesquisas sobre a atuação da ditadura militar nesta imensa região.

² DE MESQUITA, Thiago Broni. “Uma estrada revela o mundo”: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.



Dois são os objetivos deste artigo. O primeiro é destacar a importância do repertório de leituras para a construção de uma pesquisa acadêmica. Para isso, retorno ao momento de elaboração da tese (2014-2019) e ao processo de costura das referências nos campos da sociologia, antropologia e história agrária disponíveis naquele contexto, que foram fundamentais para a realização do trabalho. O segundo objetivo é demonstrar a versatilidade do acervo documental atualmente disponibilizado pelo Arquivo Nacional e como a região amazônica esteve no radar da ditadura militar, que não apenas tinha ciência dos conflitos agrários que nela ocorriam, mas também tinha interesse e patrocinava sua manutenção.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira, apresento o percurso intelectual que guiou minha pesquisa, destacando as contribuições de autores como Violeta Loureiro, Rosa Elizabeth Acevedo Marín, Otávio Ianni, Jean Hébette, Otávio Guilherme Velho, José de Sousa Martins, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Lúcio Flávio Pinto e Pere Petit Penarrocha. Meu objetivo é evidenciar como, a partir desses autores, podem ser compreendidas as transformações estruturais que impactaram o território amazônico e as lutas pela terra, conectando os processos de modernização e exploração econômica às resistências protagonizadas por comunidades locais.

Ao longo desta seção, exploro como as obras desses autores auxiliaram na construção de uma narrativa histórica que buscou evidenciar a complexidade das relações entre o Estado, o capital e os trabalhadores rurais na Amazônia. Em particular, procuro destacar como a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como a rodovia Belém-Brasília, alterou as dinâmicas fundiárias e políticas, intensificando os conflitos pela terra e consolidando novas formas de dominação e exploração.

Por fim, ao revisitar as análises críticas desses autores, reafirmo a importância de um exercício historiográfico que não apenas dialogue com as fontes, mas também reconheça as diversas Amazônias possíveis – aquelas que emergem do encontro entre as experiências vividas e as interpretações teóricas que as cercam. Esta reflexão inicial serve como um convite ao leitor para adentrar as costuras de um tecido historiográfico amplo e, ao mesmo tempo, singular, que



busca compreender a Amazônia no tempo presente em sua multiplicidade e contradições.

A segunda seção do artigo tem como foco oferecer ao leitor uma espécie de itinerário de fontes produzidas pelo SNI e disponibilizadas pelo Arquivo Nacional. Toda a seção é escrita com o recurso de *hiperlinks*, permitindo que o leitor tenha acesso ao documento na íntegra diretamente na página do SIAN. Meu objetivo é demonstrar como a ditadura militar possuía uma rede complexa de produção de informação e contrainformação. Com base em documentos confidenciais e relatórios do período, este artigo busca compreender os principais desafios enfrentados pelo Estado brasileiro na gestão da Amazônia, num momento em que o país estava sob a égide de uma ditadura militar. Entre os temas analisados, destacam-se as questões fundiárias e conflitos agrários, a exploração dos recursos naturais, a ocupação territorial promovida por grandes projetos de colonização, a institucionalização do conceito de Amazônia Legal, a especulação imobiliária incentivada por benefícios fiscais, os impactos sociais das migrações desordenadas e as disputas violentas pela posse da terra.

Ao longo da seção, evidencia-se como o SNI se posicionou como um ator estratégico, dada sua posição central dentro da comunidade de informações do governo. Isso lhe garantia os meios para identificar e enfrentar questões, oferecendo subsídios para a implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que revelava as tensões e contradições do modelo de desenvolvimento adotado pela ditadura militar.

Por meio deste itinerário de fontes, busca-se não apenas iluminar aspectos específicos da história da Amazônia sob a ditadura, mas também contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas que continuam a influenciar a região. Assim, este artigo visa oferecer um ponto de partida para novas pesquisas, ao mesmo tempo em que organiza e disponibiliza referências fundamentais para o estudo da Amazônia e suas complexidades.

Repertório de leituras: algumas notas sobre a produção relativa aos conflitos pela posse da terra na Amazônia



Parte importante da escrita de um trabalho no campo da história são as leituras e os apontamentos que fazemos com a finalidade de elaborar um problema de pesquisa. Entre os anos de 2014 e 2019, quando minha tese de doutorado foi escrita, grande parte do meu repertório de leituras esteve centrado na obra de sociólogos e antropólogos que dedicaram suas vidas e obras a compreensão do que ocorreu na região amazônica ao longo do século XX.

Foi durante meu curso de graduação em história, entre os anos de 2004 e 2009, na disciplina História Agrária, que conheci a produção de Violeta Loureiro. Tratava-se de um capítulo do livro *Amazônia: Estado, homem e natureza*³. Boa parte das contribuições de Loureiro centraram-se em debater as dinâmicas sociais, econômicas, territoriais e ambientais da região, com destaque para os impactos do modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia e as condições de vida das populações locais. Para mim importava sua análise sobre o tema da questão fundiária, questão recorrente em sua obra, sobretudo quando trata da luta pela terra e os conflitos agrários. Em boa parte de seus textos, a autora demonstra como a concentração fundiária e o avanço do agronegócio na Amazônia têm expulsado comunidades tradicionais de territórios historicamente ocupados, o que altera o tecido social e as práticas sustentáveis das populações locais.

Em *Amazônia: Estado, homem e natureza*, a socióloga constrói, entre outras hipóteses, a de que a exploração da castanha no Pará desempenha um papel crucial para compreensão da dinâmica recente dos conflitos pela posse da terra no Pará. Ela argumenta que com a abertura de estradas no estado e a pressão que se cria em torno de um mercado de terras torna o que, inicialmente, tratava-se de disputas pelo controle da natureza, em conflitos violentos pela posse da terra, os quais persistem até hoje. Ao analisar o impacto da construção da rodovia Belém-Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek, Loureiro explica que apenas o anúncio da obra provocou reação dos oligarcas dos castanhais, preocupados com a entrada de grandes empresários nacionais e estrangeiros na região. Esses oligarcas influenciaram o governo estadual a

³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992.



aprovar legislações que parecia beneficiá-los, mas, com a abertura da rodovia, o controle das terras é fraturado, e, em muitos casos, essa mesma legislação passou a ser usada por diversos interesses ligados ao grande capital. Como resultado desse processo ocorre a transferência de vastas terras para elites econômicas locais, nacionais e estrangeiras, assim como o controle político e social sobre os trabalhadores na região.

Num passe de mágica o Estado transfere para a burguesia local, grupos econômicos nacionais e posteriormente até grupos estrangeiros um incalculável patrimônio social. Seus beneficiários passaram, simultaneamente, a gozar de grande poder político e a exercerem um controle social rígido sobre os trabalhadores da castanha, em decorrência da apropriação privada da terra e de sua cobertura florestal⁴.

A Belém-Brasília é, portanto, um referencial importante se se quiser entender a história da luta pela terra no sudeste e sul do Pará, uma vez que ela não somente integra o estado ao restante do país, mas também muda uma cultura política ligada à propriedade da terra no estado, afinal, quem eram os donos das terras nas áreas de expansão da rodovia? Como eles se tornaram donos dessas terras? Quem os concedeu os títulos de propriedade da terra, como e por que o fizeram? Sendo a Amazônia “terra sem homens para homens sem terras”, por que tantos conflitos foram registrados? Como as instituições e órgãos responsáveis pela política de terras agiam em relação a esses conflitos?

Algumas dessas respostas foram encontradas numa espécie de costura das leituras que compõem meu repertório de escrita, entre as quais destaco as publicações de Rosa Elizabeth Acevedo Marín⁵, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) e amplamente reconhecida por suas contribuições no estudo de populações tradicionais, povos indígenas e questões socioambientais, especialmente na Amazônia. Cabe destacar que uma das principais contribuições do trabalho de Acevedo Marín é o enfoque em como os processos de modernização e exploração econômica (como a mineração e a

⁴ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992, p. 50.

⁵ ACEVEDO MARÍN, Rosa Elizabeth. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Coord.). **Contando a história do Pará, V. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX)**. Belém: E. Motion, 2002.



construção de grandes infraestruturas) afetam as populações amazônicas, destacando as estratégias de resistência e adaptação dessas comunidades.

A construção da rodovia Belém-Brasília foi um marco nos conflitos agrários no Pará, tornando essencial a análise da origem e concessão das terras na região, bem como do papel das instituições políticas em sua gestão. Acevedo Marín destaca que os conflitos agrários no Brasil são caracterizados por oposição, contradição e violência entre grupos no campo, resultando em deslocamentos forçados, confrontos violentos e um cenário de impunidade, marcado por expropriação e repressão.

As contribuições do sociólogo Otávio Ianni⁶ são fundamentais para compreender essas dinâmicas na Amazônia. Sua abordagem, inserida na sociologia crítica, analisa a região como um espaço de conflitos econômicos, políticos e ambientais, evidenciando o impacto do capitalismo, do Estado e das transformações sociais. Em diálogo com essas reflexões, minha tese examina os mecanismos do grande capital na incorporação da Amazônia ao capitalismo global e o papel do Estado na imposição de uma visão colonialista de desenvolvimento.

Ianni argumenta que os projetos de colonização promovidos durante a ditadura militar funcionaram como uma contrarreforma agrária, desarticulando o debate sobre a redistribuição de terras e favorecendo o avanço do agronegócio, da mineração e do extrativismo. Ele critica a forma como o Estado disciplinou a questão agrária, conduzindo-a para políticas de colonização que preservavam as relações de poder no campo. Embora justificadas como forma de reduzir tensões sociais, tais medidas aprofundaram as desigualdades regionais e fortaleceram a influência econômica e política de grandes empresários e latifundiários.

O autor detalha que, na Amazônia, a política de "economia aberta" permitiu que terras fossem ilegalmente apropriadas por grileiros e empresários, muitas vezes com apoio do governo militar, favorecendo interesses imperialistas. Em meio a essas dinâmicas, indígenas e posseiros foram as principais vítimas, enquanto grandes grupos econômicos lucraram com a expropriação. Para Ianni, a fronteira amazônica serviu tanto para atender os interesses desses grupos

⁶ IANNI, Octávio. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.



quanto para absorver contingentes de trabalhadores de outras regiões do Brasil, perpetuando a lógica de exploração do trabalhador rural.

Do pensamento de Ianni conclui que a ditadura contribuiu para intensificar as contradições de classe no campo, transformando o camponês e o trabalhador rural em figuras centrais no debate político e econômico. Apesar das adversidades, o protagonismo do homem do campo persistiu e segue revelando a importância das lutas sociais na construção da história agrária brasileira, sobretudo na Amazônia.

A vida e obra sociólogo e pesquisador francês Jean Hébette, que dedicou grande parte de suas pesquisas ao estudo das dinâmicas socioeconômicas e agrárias no Brasil, especialmente na Amazônia, é sem dúvida incontornável a qualquer pesquisador que vise o tema dos conflitos agrários na Amazônia. Sua produção intelectual centrada em temas como reforma agrária, desenvolvimento rural, relações de poder, migração e o impacto das políticas públicas sobre as populações locais, bem como na crítica ao modelo de desenvolvimento agrário e na análise das dinâmicas sociais e de poder local deixaram um legado.

Atualmente, Jean Hébette é apontado como figura central nos estudos sobre a expansão da fronteira nacional na região amazônica. Em grande parte de sua produção destaca que, a partir da década de 1960, o avanço de rodovias que deveriam integrar a Amazônia ao restante do país acabou por cercear as populações indígenas, camponeses e povos tradicionais, favorecendo a penetração do capital, a destruição de culturas ancestrais e a expansão do latifúndio. Em suas análises, muitas das quais cocriadas juntamente com Rosa Acevedo Marín, enfatizam o papel do Estado como árbitro parcial dos conflitos, o qual privilegia e arbitra em favor dos interesses do capital sob o pretexto de modernização e eficiência técnica.

Nunca a colonização tem aparecido tão claramente como a racionalização do triunfo da fronteira pioneira, sobre a fronteira de expansão, das relações de produção capitalistas sobre as camponesas, do capital sobre o trabalho. Nunca a colonização se manifestou tão limpidamente como legitimação, a pretexto dos lavradores pobres, de uma mobilização, pelo Estado, dos recursos da nação a serviço do capital. Uma legitimação que, invariavelmente, argumenta a favor da eficiência da técnica



capitalista e contra a ação predatória dos colonos incultos sobre os recursos naturais⁷.

As obras do antropólogo Otávio Guilherme Velho e do sociólogo José de Sousa Martins aconteceram dentro de uma chave de interpretação. Me chamava a atenção como eles debatiam a questão da identidade amazônica, muitas vezes influenciada tanto pelas forças externas (como o mercado e a política ambiental) e muitas outras vezes pelas próprias dinâmicas internas de suas comunidades. Quando suas obras são atravessadas pelo que foi feito da região em tempos de ditadura militar, demonstram a construção de uma "Amazônia" no imaginário nacional e refletem sobre as tensões entre preservação ambiental, desenvolvimento e os direitos dos povos indígenas e ribeirinhos como chave de compreensão desse lugar.

*Frentes de Expansão*⁸ e *Fronteira*⁹ causaram essa sensação em um pesquisador que dava os primeiros passos na pesquisa em história naquele tempo de pós-graduação. Ambas as obras podem ser analisadas a partir de uma perspectiva sociológica e histórica, pois tratam das dinâmicas de expansão territorial e de conflitos entre diferentes grupos sociais, políticos e culturais no tempo e no espaço. *Frentes de Expansão* de Velho ao se debruçar sobre os processos de colonização e exploração territorial no Brasil, demonstra como as frentes agrícolas e a expansão para novas terras impactaram as populações, a formação de comunidades e a transformação das relações sociais. Essa expansão é vista como um processo de redefinição de fronteiras, tanto físicas quanto sociais. *Fronteira*, de José de Sousa Martins, por sua vez, discute as fronteiras como um espaço de conflito e negociação, entre o Estado e as populações locais, e também entre diferentes culturas que disputam o território. A fronteira não é apenas uma linha geográfica, mas um ponto de encontro e de disputa que envolve questões de identidade, poder e resistência.

⁷ HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa. A ligação rodoviária norte-sul: sonhos e realidade. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004, p. 88.

⁸ VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.



Deste par de autores adquiri uma nova lente de observação para minhas fontes, qual seja, a do papel da fronteira como espaço de confronto de culturas e interesses, marcado por violência, intolerância e transformações profundas. Para mim, toda e qualquer documentação levantada na intenção de escrita de uma história agrária da Amazônia deve analisar criticamente a disseminação ilegítima da propriedade privada e a grilagem de terras, destacando a conexão entre formas arcaicas de dominação e processos de modernização.

A obra de Alfredo Wagner de Almeida, antropólogo e pesquisador reconhecido por sua significativa contribuição ao estudo dos territórios coletivos, chegou até mim por meio de uma conversa informal com os colegas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante um congresso em Salvador em 2015. Daquele encontro lembro da pergunta: “Como assim você pesquisa conflitos agrários e não conhece Alfredo Wagner?” Passados 10 anos dessa pergunta, destaco que a obra de Alfredo Wagner de Almeida é amplamente utilizada em debates acadêmicos e em ações práticas de organizações que defendem os direitos de povos tradicionais. Sua pesquisa é instrumento para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento das lutas sociais relacionadas ao direito ao território no Brasil.

Em minha “costura” observei como ele aborda os conflitos agrários em seus aspectos políticos e ideológicos, criticando a visão economicista e as políticas estatais que beneficiaram o grande capital em detrimento dos trabalhadores rurais. É dele a observação de que a violência e a repressão são instrumentos recorrentes na manutenção do latifúndio, ao passo que os movimentos sociais emergentes, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuam como demandantes de reformas agrárias amplas e articuladores dos trabalhadores. Nesse embate, tensões dentro dos próprios órgãos governamentais tendem a limitar a eficácia das políticas fundiárias e agrárias, o que favorece o interesse daqueles que exercem o monopólio da violência no campo

Da obra de Almeida¹⁰, interessou-me a análise sobre o impacto da política integracionista da ditadura militar, que promovia a industrialização às custas de

¹⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Conflitos no campo e cidadania. In: FAJARDO, Elias. **Em julgamento: a violência no campo**. Petrópolis: Vozes, FASE, 1988. e ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os**



conhecimentos locais e facilitava transações comerciais de terras para grandes projetos agropecuários e minerais. Para ele, essa modernização autoritária enterrava não apenas o extrativismo, mas também as formas de vida e produção dos caboclos, enquanto os conflitos pela terra se intensificavam, especialmente a partir de 1969. Almeida questiona a ideia de “degradação” e ressalta como dados estatísticos, dependendo de sua interpretação, podem tanto ocultar quanto revelar conflitos culturais e sociais. Ele critica a burocratização do uso da terra, que ignorava a pluralidade e priorizava grandes empreendimentos.

Lúcio Flávio Pinto, um dos jornalistas mais destacados e críticos quando se trata de analisar a Amazônia, possui uma obra marcada por uma forte independência editorial, denúncia de abusos de poder, violações de direitos humanos e as desigualdades sociais relacionadas ao processo de ocupação e exploração da Amazônia é sem dúvida uma importante referência quando o tema é questão agrária. Cabe destacar que sua produção é fundamental para quem deseja entender a complexidade da Amazônia para além dos ensaios sobre a região. Sua análise conecta questões locais a dinâmicas globais, oferecendo uma visão crítica sobre os desafios sociais, econômicos, políticos e culturais da maior floresta tropical do mundo.

Tal é o caso, por exemplo de *Amazônia: no rastro do saque*¹¹, obra na qual investiga as dinâmicas de ocupação e exploração da região, denunciando a ineficiência do governo e as irregularidades nas políticas fundiárias. Nela, Pinto relata que a ocupação das margens de rodovias por migrantes, incentivada pelo governo, resultou em descontrole e aumento dos conflitos. Ele também expôs casos de grilagem e violência, como o ocorrido em Rondônia, onde terras indígenas foram tomadas por grandes proprietários. Através de reportagens, revelou irregularidades no INCRA e na SUDAM, além de criticar o favorecimento de grandes empresas em detrimento daqueles que ocupam tradicionalmente as terras na Amazônia.

Por fim, destaco o pioneirismo de Pere Petit Penarrocha na produção historiográfica amazônica. Sua tese de doutorado, publicada como *Chão de*

movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989). Mimeo, 1989.

¹¹ PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque.** São Paulo: Hucitec, 1980.



*promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*¹², permanece uma referência ao inovar na abordagem sobre a Amazônia dos anos 1970 e 1980. Em vez de se concentrar apenas nos impactos de rodovias, hidrelétricas e conflitos agrários, Petit analisou a formação e atuação das elites políticas locais, partidos e movimentos sociais, evidenciando, com base em fontes históricas, como os governos militares reduziram o poder político e econômico dos governos locais.

Ele também argumentou que a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, ampliou as relações capitalistas na Amazônia sem romper totalmente com o modelo nacional-desenvolvimentista dos anos 1950. Sua pesquisa, focada em Marabá, explorou as conexões entre território, economia e política. No capítulo final, ao analisar discursos políticos, demonstrou como a União assumiu o controle da política fundiária paraense, e, em 1983, cerca de 70% do estado estava sob domínio federal. Concluiu que, ao fim do regime militar, boa parte dos objetivos socioeconômicos havia sido alcançada, consolidando a dependência da região em relação aos centros nacionais.

Essas sínteses são apenas um recorte do vasto campo de referências que moldam a escrita da história da Amazônia, como abordo em minha tese. O distanciamento se dá ao perceber que minha pesquisa é apenas uma entre muitas leituras possíveis dessa complexa realidade. Essas obras foram bússolas essenciais no desafio maior que enfrentei: lidar com o excesso de fontes, tema da próxima seção.

A região amazônica e o SNI: um itinerário de fontes (1970-1985)

Em 2014, eu e outros pesquisadores se reuniam no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, para consultar documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre conflitos agrários na Amazônia. Utilizando termos de busca específicos, acessei relatórios e dossiês, registrando descobertas em um caderno. Com a primeira bolsa de doutorado, em 2015, investi na gravação dos documentos em CDs. Retornando à cidade de Belém, iniciei minha pesquisa

¹² ETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka Tatu, 2003.



sobre a história dos conflitos agrários na Amazônia, mas logo percebi a impossibilidade de abordar toda a região. Como resultado, elaborei um itinerário de fontes da ditadura sobre a Amazônia, focando no conceito de Amazônia Legal, instituído em 1953 e consolidado durante o regime militar para planejamento governamental, enfrentando desafios fundiários e disputas territoriais. Esse conceito político foi definido pela [Lei 1.806/1953](#) para promover o desenvolvimento regional e abrange os territórios de nove estados brasileiros. Durante o regime militar, com a extinção da SPVEA e a criação da SUDAM, em 1966, consolidou-se o uso do conceito para o planejamento governamental. Esse período caracterizou-se por políticas que ampliaram a intervenção estatal na região, enfrentando desafios como conflitos fundiários e disputas pela posse da terra.

De posse desse conceito passei a levantar organizar a pesquisa tendo-o como chave. A partir de então passei a catalogar casos envolvendo questões agrárias e fundiárias nos estados da Amazônia Legal na documentação do DSI/SNI, catalogada na série "Questões Fundiárias", atualmente disponível no SIAN. [Uma primeira documentação](#)¹³ revelava denúncias sobre a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia durante as décadas de 1960 e 1970. Um caso destacado é o de Maurice Brian Thompson, professor e pastor inglês ligado à *World Land Corporation*, que adquiriu vastas áreas no norte de Goiás. A empresa, não registrada nos EUA, realizava essas operações por meio dos sócios Henry Syllas Fuller e Milaedie Frazer, com apoio do prefeito de Goiatins, Abílio Monteiro da Rocha. Esses fatos foram comunicados sigilosamente à presidência da República.

Em 1972, foi produzido um relatório confidencial intitulado [“Problemas de Terras no Acre”](#)¹⁴. A elaboração desse documento ocorreu em um contexto no qual a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com base nos relatórios anuais de viagens da CEFF, começou a receber informações detalhadas sobre a situação fundiária no estado do Acre.

¹³ ARQUIVO NACIONAL. Informações de Otávio Lage de Siqueira – Henry Fuller e outros. 14 abr. 1970 - INFAO. 284/ABSB/SNI/1970. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.015.d0001de0001.

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. Problemas de terras no estado do Acre (Secreto). Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.036.d0001de0001.



Esses dados fundamentaram matérias de destaque na imprensa nacional e, a partir dessas publicações, estruturou-se o relatório. O documento aborda aspectos histórico-geográficos do território, a situação jurídico-fundiária, a atuação de diferentes atores — como o governo, empresários, seringalistas, posseiros e seringueiros —, além de questões relacionadas aos cartórios de registro de imóveis, ao papel do INCRA e do judiciário. Por fim, o relatório analisava os problemas econômicos, sociais e políticos vinculados às questões de terras no estado.

Em 21 de agosto de 1972, o SNI enviou à presidência da República um relatório confidencial intitulado [*Conflitos no meio rural: adoção de medidas preventivas nas áreas críticas*](#)¹⁵. Elaborado após reuniões no Ministério da Justiça, o documento destacava regiões brasileiras consideradas críticas devido a disputas fundiárias, incluindo a Amazônia, o Sul de Goiás, o Nordeste, o Vale do São Francisco, o Recôncavo Baiano, o Extremo Sul da Bahia, o Vale do Jequitinhonha, o Vale da Ribeira, a Baixada Fluminense, o Sudoeste Paranaense e o Rio Grande do Sul.

O relatório atribuía os conflitos a causas físico-geográficas, psicossociais, econômicas e políticas. Entre os fatores físicos, estavam a localização, os recursos e as limitações naturais das áreas, que dificultavam o desenvolvimento e geravam instabilidade. No âmbito psicossocial, destacavam-se o que o governo definia como o atraso, a pobreza, a falta de assistência e o isolamento das populações locais. Economicamente, para o governo, problemas como a exploração da mão de obra, a baixa produtividade, terras improdutivas e ocupações irregulares contribuíam para a insegurança fundiária. Politicamente, questões como corrupção, exploração ideológica, deficiência do sistema judiciário e policial, além de interpretações confusas das leis, agravavam as tensões, especialmente na Amazônia.

Entre 1971 e 1972, Arthur Carbone Filho, diretor da Polícia Federal em Rondônia, produziu uma [*documentação*](#)¹⁶ detalhando as atividades da

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. Conflitos no meio rural: adoção de medidas preventivas nas áreas críticas. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.018.d0001de0001.

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. Território de Rondônia – Colonizadora Itaporanga (Irmãos Melhorança) - Documentação encaminhada por Arthur Carbone Filho, diretor da DPF/Rondônia. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.021.d0001de0001.



Colonizadora Itaporanga, dos irmãos Melhorança, no Território Federal de Rondônia. O material inclui termos de declarações obtidos em diligência especial, com testemunhas sendo inquiridas para investigar irregularidades em processos relacionados à abertura de estradas, construção de pontes e demarcação de terras. A investigação apontava possíveis transações ilícitas envolvendo órgãos federais como INCRA, SUDAM e BASA.

Entre 1973 e 1974, um conjunto de [documentações confidenciais](#) levantava informações sobre a interferência do INCRA em conflitos fundiários, desapropriações de terras e litígios relacionados a invasões e aquisições ilegais em todo o Brasil. A Portaria que criou o Grupo de Trabalho para lidar com essas questões explicitava o objetivo de “estudar irregularidades e propor soluções com relação a problemas de posse da terra”. Contudo, a prática revelava um cenário complexo, qual seja, “uma série de problemas sociais criados [...] pela indefinição da posse de terras devolutas federais, principalmente no Território de Rondônia e no Estado do Acre”¹⁷. Essa situação resultava em homicídios e um clima de grave tensão social, explorado inclusive por grupos subversivos atuantes nessas áreas.

A Exposição de Motivos nº 43/72, encaminhada ao presidente da República em 4 de junho de 1972 pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, general João Batista de Oliveira Figueiredo, destacava a proliferação de disputas de terras identificada pelo SNI. O secretário relatava ter apreendido um documento subversivo intitulado Instruções sobre a campanha de luta pelas reivindicações e direitos básicos do povo, que demonstrava como organizações, definidas como extremistas pelo governo, vinham procurando explorar as tensões sociais existentes no meio rural brasileiro, visando agravar o clima de insatisfação reinante.

O documento detalhava ainda questões relacionadas aos estados do Mato Grosso e Pará. No Pará, por exemplo, destacava-se que a política de incentivos fiscais na Amazônia, combinada com a ênfase da SUDAM na aprovação de projetos agropecuários, favorecia práticas fraudulentas de especulação

¹⁷ ARQUIVO NACIONAL. 1973/1974: Questões Fundiárias. Interferência do INCRA em conflitos e desapropriação de terras. Invasões e aquisições ilegais de terras. Referência: BR.RJANRIO.TT.O.QUF.PRO.023.d0001de0001.



imobiliária. Segundo o relatório, indivíduos inescrupulosos utilizavam processos fraudulentos para obter títulos de propriedade de terras. Paralelamente, a ocupação desordenada provocada pela abertura de novas rodovias contribuía para desavenças e disputas, com potencial para gerar graves inquietações sociais e reflexos na segurança interna. Em algumas localidades do sul do Pará, verificaram-se conflitos armados com várias vítimas, muitas vezes ligados à falsificação de títulos de propriedade com a conivência de funcionários públicos, como exemplificado no caso da Oficial de Registro de Imóveis de São Miguel do Guamá.

Essas documentações evidenciavam o papel do SNI no monitoramento de conflitos de terras, processando informações e solicitando intervenções governamentais coordenadas para controlar as tensões. Essa integração era promovida por grupos de trabalho como o criado pela [Portaria 325-B/74](#), que envolvia diferentes ministérios e visava mitigar os impactos das disputas fundiárias no país e, sobretudo, na Amazônia.

Em 17 de junho de 1974, o estado do Pará voltou a atrair a atenção do SNI por meio de uma documentação confidencial, a [Informação nº 05/SNI/GAB/74](#)¹⁸, que tratava de problemas fundiários em Conceição do Araguaia. O documento, enviado pelo chefe do SNI, General João Batista Figueiredo, ao ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, destacava questões de alta gravidade, já analisadas, segundo a documentação, pessoalmente pelo ministro em visita à região, acompanhado do futuro governador do Pará, Aloysio Chaves, e de técnicos do ministério.

Em resposta, o ministro do Interior ressaltou a necessidade urgente de iniciar trabalhos de discriminação, titulação e legitimação de terras, especialmente na Amazônia, no Centro-Oeste e nos Territórios Federais. Para isso, ele articulou com o ministro da Agricultura, Aloysio Paullinelli, visando uma colaboração estreita entre os ministérios do Interior e Agricultura, além de instituições como INCRA, SUDAM e os governos de Rondônia, Roraima e Amapá.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. Correspondências. Referência:
BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.002.dooo1de0001.



O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado pela Portaria Secreta 325-B/74, produziu diversos relatórios e informações confidenciais, incluindo um [documento](#)¹⁹ sobre a "estrutura fundiária e tendência da terra na Amazônia". Destinado exclusivamente aos membros do GTI, o relatório baseou-se no estudo Solos da Amazônia e Condicionantes Institucionais do Uso e Posse da Terra, realizado em 1972 com dados de 1970 e, ocasionalmente, de 1967, sob contrato da consultora Serete S.A. e patrocinado pela SUDAM.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) produziu uma série de documentos, incluindo um [Relatório Final](#)²⁰ que detalhava sua atuação e análises sobre as terras públicas na Amazônia, abordando questões de posse, uso e administração fundiária. Esse relatório também discutia os conflitos fundiários e a ordem pública, propondo soluções focadas na segurança e na organização policial. Além disso, o GTI gerou uma análise doutrinária sobre as causas dos conflitos e os obstáculos enfrentados pela ditadura militar. A principal meta do GTI era elaborar um diagnóstico preliminar e identificar áreas com conflitos mais graves sobre a propriedade das terras. O grupo também produziu [51 atas](#)²¹ de reuniões, reforçando a importância de sua atuação em conjunto com a Comunidade de Informações do SNI.

O conteúdo incorporou trechos do trabalho Posse e Uso da Terra e Desenvolvimento Socioeconômico do Setor Agrícola no Brasil, elaborado pelo CIDA-OEA em 1966, cujas conclusões e advertências permaneciam relevantes, apesar do intervalo temporal. Além disso, o [relatório](#)²² utilizou outras fontes, incluindo documentos confidenciais sobre conflitos agrários, destacando a recorrência de "anormalidades" fundiárias na Amazônia.

A indefinição sobre a propriedade da terra na região gerava um "clima de insegurança", uma preocupação crescente da ditadura militar, especialmente em

¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. Relatório Confidencial: Estrutura fundiária e tendência da terra na Amazônia (GTI Portaria Confidencial nº 325/B/74). Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.032.d0001de0001.

²⁰ ARQUIVO NACIONAL. Relatório Final (GTI Portaria Confidencial nº 325/B/74). BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.031.d0001de0001.

²¹ ARQUIVO NACIONAL. Atas de reuniões do GTI Portaria Confidencial nº 325/B/74 (Período: 1974-1975). BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.033.d0001de0001.

²² ARQUIVO NACIONAL. Texto definitivo do relatório – notas (GTI Portaria Confidencial nº 325/B/74). BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.030.d0001de0001.255páginas. Reunião / Texto Definitivo do Relatório (Confidencial).



vista dos esforços para promover o povoamento e a ocupação produtiva da Amazônia durante a década de 1970.

Em 5 de setembro de 1974, Ronaldo Rabello de Brito Poletti enviou ao Ministério da Justiça um [relatório](#)²³ sobre a atuação de grupos econômicos envolvidos na venda ilegal de terras da União. Esses grupos operavam em várias regiões, principalmente na Amazônia, enganando lavradores e promovendo ocupações irregulares. Anunciavam e vendiam lotes que não possuíam, gerando migração desordenada e causando sérios problemas administrativos. A atuação desses grupos impedia qualquer tentativa de controle racional do uso da terra e dificultava o trabalho das autoridades governamentais.

Em 1974, outras documentações além do GTI, relacionadas a questões fundiárias na Amazônia, evidenciam a atuação dos órgãos de investigação junto à administração pública. Um exemplo é um [telex](#)²⁴ enviado pelo ministro da Justiça ao governador de Goiás, Leonino Di Ramos Caiado, solicitando informações sobre conflitos armados entre lavradores e grileiros na Ilha São Vicente Araguaia, em Araguatins. O ministro alertava sobre a invasão da área por indivíduos conhecidos como João Grosso, Cabeça de Gato e Gregório Costa. A documentação também investigava a venda ilegal de terras da União a lavradores.

Em 1974, o INCRA encaminhou ao ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, um processo sigiloso sobre [ações discriminatórias de terras devolutas em Goiás](#)²⁵, destacando sua relevância social, econômica e para a Segurança Nacional. O processo incluía um anteprojeto de lei do INCRA, referente à discriminação dessas terras, que foi enviado ao presidente da República. O documento contém anotações detalhando como o SNI e a comunidade de informações trataram essas informações. A proposta visava proteger o patrimônio imobiliário da União. A questão, portanto, possuía uma grande importância estratégica.

²³ ARQUIVO NACIONAL. Resolução nº CI-1/74, da Comissão Interministerial – Ofícios (Confidencial). Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.034.d0001de0001.

²⁴ ARQUIVO NACIONAL. TELEX. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.003.d0001de0001.

²⁵ ARQUIVO NACIONAL. Ações discriminatórias movidas pelo INCRA no Estado de Goiás. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.022.d0001de0001.



Em 31 de outubro de 1974, foi elaborado um [Relatório final-parcial](#)²⁶ sobre o Território Federal de Rondônia, destacando áreas de tensão social. O documento evidenciou a necessidade de ações rápidas e coordenadas entre o Ministério da Justiça e órgãos governamentais, com foco na questão agrária e fundiária. Propôs também a adoção de critérios mais rigorosos para a comprovação da posse de terras rurais. A documentação sugeriu ainda a criação de uma comissão para supervisionar a regularização fundiária e o ordenamento da ocupação no território.

Em 1974, uma documentação sobre o Maranhão, na transição para a Amazônia Legal, denunciou irregularidades envolvendo o Governo do Estado e a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO). Por meio de [ofícios](#)²⁷, foi solicitada uma investigação ao Ministério da Justiça sobre a ilegalidade nas transferências de terras, realizadas sem o título de domínio legal e sem autorização do Senado Federal. Um relatório confidencial, solicitado pelo presidente da República, confirmou as irregularidades e foi incluído nos autos da documentação. A situação gerou uma apuração formal das práticas ilegais.

Em 1975, três [documentos](#)²⁸ destacam-se por tratar da atuação da empresa Guaporé Agroindustrial na Amazônia, especialmente em Rondônia e Acre. O primeiro, datado de junho de 1975, questiona a validade dos títulos dominiais da empresa, levando a decretos desapropriativos. A documentação aponta conflitos entre a empresa e o INCRA, além de divergências entre órgãos como SUDAM, BASA e o governo dos territórios, que teriam incentivado empreendimentos de caráter duvidoso. Também se destaca o trabalho de um grupo interministerial, que investigou os registros fundiários no Acre.

A série de “Questões Fundiárias” oferece um panorama interessante sobre o olhar da ditadura militar em relação as áreas de tensão social no Brasil, especialmente na Amazônia, com ênfase na atuação da CPT entre 1973 e 1979.

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. Ofício/ Relatório (Confidencial): Relatório final-parcial e específico ao Território Federal de Rondônia, datado de 31/10/1974. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.035.d0001de0001.

²⁷ ARQUIVO NACIONAL. **Informação/Petição/Ofício.** Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.004.d0001de0001.

²⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório (Confidencial): Relatório das atividades da Empresa Guaporé Agroindustrial no território de Rondônia e Acre.** Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.038.d0001de0001.



Um [dossiê](#)²⁹, composto por três volumes, aborda, por exemplo, conflitos relacionados à posse da terra. O primeiro documento, INFAO nº 11/1975, descreve a tensão em Rio Branco (AC), onde o governo estadual implementou projetos agropecuários sem o acordo prévio com o INCRA, gerando um clima de agitação entre seringueiros e investidores. O INCRA enfrentava a pressão de proteger as terras de seringueiros enquanto também lidava com os interesses dos colonizadores.

O segundo documento, INFAO nº 1075/1973, trata das irregularidades na ocupação de terras em Rondônia e Acre. Destaca a chegada de migrantes, conflitos de posse, e a venda ilegal de terras. A documentação revela a exploração de colonos e a ocupação indevida por grupos sem escrúpulos. O INCRA distribuía poucos títulos definitivos, e as disputas envolviam juízes e elementos inescrupulosos, agravando os problemas na região.

O terceiro documento, Informe nº 361/1979, relata a tensão em Conceição do Araguaia (PA), baseada em denúncias de violência e agitação, particularmente na Fazenda Tupanciretã, de propriedade de Flávio Pinho de Almeida. A resistência dos posseiros à retirada forçada por parte de seguranças e policiais resultou em confrontos violentos. Uma manifestação de protesto foi realizada em Xinguara, com a participação de bispos e padres, refletindo a gravidade da situação e a extensão da tensão social na região.

Em 1978, o SNI elaborou a [Nota Secreta nº 4/78](#)³⁰, enviada ao ministro da Justiça, Armando Ribeiro Falcão, abordando a inocência de Dom Estevão Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em relação a crimes contra a Segurança Nacional. A nota também destacava questões fundiárias ligadas à CONTAG e FETRAGRI, envolvendo migrações irregulares. Em 1981, um novo [relatório confidencial](#)³¹ detalhou o envolvimento de 20 regionais da CPT com problemas rurais, associando a comissão ao marxismo e revelando o recebimento de recursos externos.

²⁹ ARQUIVO NACIONAL. INFAO. Período (1973-1979). Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.008.d0001de0001.

³⁰ ARQUIVO NACIONAL. **Nota Secreta nº 4/78 (Documento Sigiloso)**. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.146.d0001de0001.

³¹ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório (Confidencial): Relatório financeiro da Comissão Pastoral da Terra em 1980**. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.043.d0001de0001.



Em 1980, o SNI [informou](#)³² ao ministro da Justiça sobre campanhas contra a política indigenista, influenciadas por igrejas e sindicatos na Amazônia. Em 1981, um [relatório confidencial](#)³³ indicava tensões no Vale do Araguaia, alimentadas por um clero esquerdista e um conflito iminente entre fazendeiros, posseiros e silvícolas. Em 1982, o Ministério Público Militar enviou uma nota sobre o incidente armado em São Geraldo do Araguaia, envolvendo padres franceses e civis, resultando em mortes e ferimentos, incluindo membros da Polícia Federal e do GETAT. A tensão na região refletia o crescente clima de violência e conflito social.

Em 1984, a Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA) enviou um [ofício](#)³⁴ ao ministro da Justiça alertando sobre a crescente insegurança no meio rural paraense, devido a invasões de propriedades e à ineficácia dos magistrados, muitas vezes desautorizados por forças externas. O ofício detalhava os atos de banditismo e a impunidade que predominavam, afetando especialmente os fazendeiros, que viam suas terras sendo saqueadas. O caso da Gleba CIDAPAR, disputada entre empresários, garimpeiros e colonos, exacerbava a tensão. Entre 1985 e 1986, o Ministério da Justiça registrou mortes ligadas aos conflitos fundiários, evidenciando a violência crescente no campo.

A distribuição geográfica dos conflitos de terra no Brasil, segundo a FIBGE, abrange diversas regiões do país, com destaque para o Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A documentação revela que os conflitos estão concentrados em pelo menos quarenta e três microrregiões, totalizando cerca de oitenta municípios. A Amazônia Legal, que inclui áreas do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, apresenta uma maior incidência desses conflitos. Esse mapeamento detalha as desigualdades territoriais e a prevalência de disputas no interior dessas regiões.

Conforme é possível observar no itinerário de fontes que venho apresentado, a série *Questões Fundiárias* oferece um percurso vasto de possibilidades sobre temas que envolvem o processo de ocupação de terras na

³² ARQUIVO NACIONAL. **Informação (Confidencial): Campanha contra a política indigenista oficial.** Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.042.d0001de0001.

³³ ARQUIVO NACIONAL. **Relatório (Confidencial):** Tensão no vale do Araguaia. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.044.d0001de0001.

³⁴ ARQUIVO NACIONAL. **Ofício** nº **FAEPA-311/84.** Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.009.d0001de0001.



Amazônia Legal durante os governos militares e os problemas fundiários e agrários dela decorrentes.

Com base nesse leque de opções, optou-se por dedicar atenção especial aos conflitos que se desenvolveram no Pará, especificamente aqueles localizados entre o nordeste e o sul e sudeste paraense, onde, durante as décadas de 1960 e 1970, o impacto populacional era sentido com mais expressividade devido a abertura de rodovias que integravam o estado, criando uma situação de fronteira importante a ser analisada.

Um primeiro conjunto de documentações que considero importante destacar são os relatórios sobre [conflitos fundiários no Pará](#)³⁵, produzidos pelo SNI em 1975, reúnem 1458 páginas detalhando disputas pela posse da terra. Iniciando o percurso das fontes, destaca-se o primeiro volume do Processo nº 3285, que investiga operações fraudulentas de compra e venda de terras devolutas entre 1968 e 1971. Solicitado pelo então governador Alacid Nunes, o inquérito abrange áreas de expansão no nordeste do estado, como Paragominas, e o Baixo Tocantins. A documentação inclui anexos como publicações oficiais, mapas, correspondências e depoimentos de envolvidos.

Em 1973, o SNI elaborou um relatório sobre [Questões entre posseiros e proprietários](#)³⁶, descrevendo os primeiros como trabalhadores rústicos, sem regularização de terras, e os últimos como herdeiros ou titulares legais. Esses encontros geravam violência, com mortes e confrontos armados. Apesar do [Estatuto da Terra \(1964\)](#), posseiros eram ludibriados por advogados ilegais, tornando-se vítimas. O SNI defendeu a supremacia da lei e sugeriu a intervenção da SUDAM para estudar a questão fundiária, destacando a repercussão nacional dos conflitos e a necessidade de ação para evitar impactos na segurança regional.

Os volumes produzidos pelo SNI em 1975 sobre conflitos de posse da terra no Pará detalham irregularidades na titulação de terras, corrupção, e disputas fundiárias, sobretudo em regiões como Salinópolis, Paragominas e Conceição do Araguaia. Destacam-se fraudes nos cartórios, a corrida por terras durante a colonização da Amazônia e a influência de atores como militares, migrantes e

³⁵ ARQUIVO NACIONAL. Conflitos Relativos à posse da terra no Pará (Volumes I, II e III). Referências: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.098.

³⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Questões entre posseiros e proprietários**. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.AVU.001.



religiosos. A documentação aponta problemas na aplicação da legislação fundiária, com litígios impulsionados por falsificação de títulos e corrupção em órgãos públicos. Anexos analisam casos emblemáticos, como Paragominas, foco de exploração madeireira e controle militar, e Conceição do Araguaia, cenário de ações ilegais associadas pelo governo a lideranças locais e religiosos.

O [relatório](#)³⁷ produzido pelo SNI em 1976, baseado em um Inquérito Policial Militar, aborda a Guerrilha do Araguaia (1960-1970) e crimes de Segurança Nacional no sudeste do Pará. Dividido em quatro partes, analisa o contexto histórico, a atuação dos guerrilheiros, emboscadas e medidas repressivas, além de concluir sobre os fatos apurados. O documento inclui perfis de ocupantes rurais, o papel da igreja católica, disputas fundiárias e a relação com o INCRA e sindicatos. Anexos trazem depoimentos, perícias e documentos relacionados. Essa ampla análise reflete as tensões sociopolíticas da região durante o período.

Em 1978, um [relatório](#)³⁸ do SNI enviado ao ministro da Justiça destacou os conflitos fundiários no sul do Pará, envolvendo posseiros maranhenses e piauienses e a Polícia Militar. Esses conflitos estavam ligados a políticas de financiamento que favoreciam empresas madeireiras em detrimento de pequenos agricultores, resultando no fechamento da fronteira agrária na região. A documentação também acusava sindicatos e organizações, como FETAGRI e CONTAG, de suposta infiltração comunista que, para o governo, inviabilizava ações do INCRA. Paralelamente, o Ministério Público Militar investigou Dom Estevão Cardoso Avelar e outras lideranças eclesiais por envolvimento nos conflitos, concluindo que não houve crime de segurança nacional. A Procuradoria-Geral da Justiça Militar pediu providências para resolver a crise agrária no sul do Pará.

As [tensões no vale do Araguaia](#)³⁹ nos anos 1980 levaram o SNI a relatar conflitos envolvendo fazendeiros, posseiros, indígenas e o clero na região, destacando o papel dos Kayapó e Xikrin na luta pela terra. Os Kayapó, bem

³⁷ ARQUIVO NACIONAL. Relatório do IPM sobre Crimes de Segurança Nacional e terras no Sudeste do Pará: Guerrilha do Araguaia. BR.RJANRIO.TT.o.QUF.AVU.026.

³⁸ ARQUIVO NACIONAL. Problemas de Terras no Sul do Pará. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.130.

³⁹ ARQUIVO NACIONAL. Tensão no vale do Araguaia. Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.AVU.044.



organizados desde os anos 1970, usavam rádios para comunicação e patrulhavam fronteiras para defender seus territórios de invasores. Em 1980, frustrados com a ineficácia da FUNAI, reagiram diretamente, resultando em um ataque violento contra desmatadores na fazenda Espadilha. Essa resistência reflete sua adaptação cultural e luta pela preservação de suas terras na Amazônia Legal. O episódio ilustra o olhar do governo sobre a complexidade dos conflitos fundiários na região.

A [Nota Confidencial n° 45/82](#)⁴⁰ relata conflitos de terra em São Geraldo do Araguaia (PA), destacando a participação dos padres franceses Aristide Camio e François Gouriou, acusados de incitar posseiros em atos violentos contra órgãos governamentais e fazendeiros. A apelação criminal apresentou divergências entre o Ministério Público Militar (MPM), que culpabilizava os religiosos, e a defesa dos posseiros, que alegava legítima defesa e coação irresistível. A documentação aponta doutrinação e discursos dos padres como estímulo às tensões sociais, enquanto descreve os posseiros como indivíduos rudes e manipuláveis. Por outro lado, o texto também critica a ocupação fundiária em favor de grandes empresários, evidenciando a desigualdade regional. Concluiu-se pela negativa da apelação para os padres e transferência do julgamento dos posseiros à Justiça Comum.

Considerações finais

Ao longo do artigo foi apresentada uma vasta produção sobre os conflitos relativos à posse da terra na Amazônia, produzida entre as décadas de 1970 e 1980, em especial por sociólogos e antropólogos. Durante as décadas de 1990 e 2000, esses estudos ganharam espaço no campo da História e, atualmente, com o processo de abertura de arquivos viabilizados pela Lei de Acesso à Informação, têm ganhado força. Nesse contexto, estudos originais sobre os anos da ditadura militar no Brasil e na Amazônia também se destacam.

Diante da 'tentação' de escrever uma 'história total' das lutas pela posse da terra na Amazônia, a partir das fontes produzidas pelo SNI, a opção por 'recortar' esse campo de pesquisa é inevitável e um convite à comunidade acadêmica para

⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. **NOTA CONFIDENCIAL N.º 45/82, 14 de outubro de 1982.**
Referência: BR.RJANRIO.TT.o.QUF.PRO.179.



que invista em estudos nessa área. Há dez anos, quando ingressei no doutorado em História, pesquisadores de todo o Brasil vivenciavam a efeméride dos 50 anos do Golpe civil-militar de 1964. Hoje, 60 anos depois, muita coisa mudou. As pesquisas sobre o tema avançaram para diversas áreas e continua sendo nossa responsabilidade manter o dever de memória sobre esse capítulo tão sensível da nossa história.

No contexto das comemorações dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964 em 2014, a análise dos conflitos agrários na Amazônia durante a ditadura militar revelava a complexidade do processo histórico que envolvia a consolidação de uma política fundiária autoritária, a expansão do capital e a violenta repressão aos movimentos sociais no campo. A partir da revisão bibliográfica e do levantamento documental realizado no Arquivo Nacional, nesse contexto em específico, já se fazia possível a identificação de padrões de atuação do Estado, bem como as redes de informação e repressão que sustentaram essa estrutura de domínio territorial.

Os dados apresentados indicavam que o Estado brasileiro, por meio do SNI e de instituições como o INCRA e a SUDAM, não apenas monitoravam os conflitos agrários na região, mas frequentemente operavam de maneira a favorecer grandes proprietários, empresas e latifundiários em detrimento das populações tradicionais e pequenos agricultores. A falta de regulação fundiária, o uso da violência institucionalizada e o incentivo à colonização predatória emergiam como elementos centrais dessa dinâmica, reforçando as desigualdades sociais e estruturais que marcam a Amazônia até os dias atuais.

Esse artigo apresenta um panorama bibliográfico relevante sobre os estudos dos conflitos agrários na Amazônia, mas reconhecemos que ainda há necessidade de um aprofundamento analítico em aspectos específicos, especialmente aqueles que envolvem pesquisas com maior engajamento, como monografias, dissertações e teses. Temas fundamentais, como a "modernização autoritária", as "irregularidades nas políticas fundiárias" e a "ineficiência governamental", demandam uma discussão mais aprofundada para evidenciar a complexa articulação entre Estado, capital e repressão. Essa lacuna evidencia a necessidade de abordagens mais amplas e críticas, capazes de revelar as



dinâmicas subjacentes ao processo histórico e político em questão e que são muito maiores que esse artigo.

Ao refletir sobre a estruturação deste artigo, é importante destacar que a discussão bibliográfica e a apresentação documental aparecem como blocos isolados, sem uma interligação explícita. Essa estrutura reflete a concepção original do trabalho, elaborada há dez anos, e constitui um dos objetivos do estudo. No entanto, no contexto atual, em que a história da ditadura militar no Brasil se consolida como um campo de pesquisa robusto, corroboro com o argumento central de que pesquisa em história exige uma articulação sistemática entre as leituras realizadas e os documentos analisados. Essa integração é fundamental para demonstrar como a produção intelectual e os relatos arquivísticos se complementam na compreensão das dinâmicas de conflito e resistência na Amazônia.

Além disso, a bibliografia sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os serviços de inteligência no Brasil e na América Latina, que já tinha um lugar significativo naquele contexto, expandiu-se significativamente nos últimos anos, oferecendo novas perspectivas para a análise da repressão e dos mecanismos de vigilância estatal. Entre as obras fundamentais, destaca-se *Como eles agiam*⁴¹, que abriu caminho para investigações mais aprofundadas sobre os acervos do SNI, hoje acessíveis por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Outros estudos essenciais incluem *SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX*⁴², que examina a continuidade e transformação dos órgãos de inteligência no país, e *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*⁴³, que discute o treinamento e a ideologia dos agentes de informação.

O debate sobre a institucionalização dos serviços de inteligência na América Latina também tem sido enriquecido por análises comparativas, como

⁴¹ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁴² ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

⁴³ ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. Dissertação (Mestrado em História) - Franca: UNESP/FCHS/PPGH, 2014.



as de Priscila Antunes⁴⁴, que examina o papel desses órgãos nas ditaduras militares da Argentina, Brasil e Chile. Da mesma forma, Olga Larissa Veiga Ferreira⁴⁵ discute os pilares fundamentais da repressão – espionagem, polícia política, censura e propaganda –, enquanto Lucas Figueiredo⁴⁶ investiga os esforços para ocultar documentos da ditadura, evidenciando as estratégias de controle da memória sobre esse período. Finalmente, Samantha Viz Quadrat⁴⁷ explora o processo de formação dos agentes de informação e sua atuação ao longo da ditadura civil-militar brasileira. A incorporação dessa literatura é essencial para fortalecer a análise, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos de repressão e controle social exercidos pelo Estado durante o regime militar.

Por fim, considerando a amplitude do material coletado e a riqueza de informações sobre a atuação do Estado nos conflitos agrários da região, este estudo aponta caminhos para investigações futuras. Um aprofundamento sobre a conexão entre as políticas de ocupação territorial da ditadura e as dinâmicas contemporâneas de disputa fundiária na Amazônia poderia contribuir significativamente para os debates atuais sobre desenvolvimento regional, justiça agrária e preservação ambiental. O convite à pesquisa, portanto, permanece aberto, com o intuito de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre essa temática tão relevante para a história política e social do Brasil e da Amazônia. Resta-nos esperar pelos movimentos que a história do tempo presente

⁴⁴ ANTUNES, Priscila. “Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: FICO, Carlos. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁴⁵ FERREIRA, Olga Larissa Veiga. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁶ FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁴⁷ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, jan/jun 2012, 2.). Disponível em: scielo.br/j/vh/a/6KjwJ5V5XB3NsVwBpvDVRXr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 fev.2025.



proporcionará nos próximos anos de pesquisa sobre a ditadura militar e a Amazônia.

Data de submissão: 20/11/2024

Data de aceite: 19/02/2025

Referências

ACEVEDO MARÍN, Rosa Elizabeth. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Coord.). **Contando a história do Pará, V. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX)**. Belém: E. Motion, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e poder: os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)**. Mimeo, 1989.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Conflitos no campo e cidadania. In: FAJARDO, Elias. **Em julgamento: a violência no campo**. Petrópolis: Vozes, FASE, 1988.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. Dissertação (Mestrado em História) - Franca: UNESP/FCHS/PPGH, 2014.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

ANTUNES, Priscila. “Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: FICO, Carlos. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DE MESQUITA, Thiago Broni. **“Uma estrada revela o mundo”: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e**



movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HÉBETTE, Jean (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (Vol. I, II, III e IV).** Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

HÉBETTE, Jean e ACEVEDO MARIN, Rosa. A ligação rodoviária norte-sul: sonhos e realidade. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Octávio. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza.** Belém: CEJUP, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque.** São Paulo: Hucitec, 1980.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, jan/jun 2012, 2.). Disponível em: scielo.br/j/vh/a/6KjwJ5V5XB3NsVwBpvDVRXr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 fev.2025.



VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

